



PROGRAMA DE CURSO

CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) DO PLANEJAMENTO À GESTÃO CONTRATUAL

Contratações Diretas (Dispensa e Inexigibilidade) do Planejamento à Gestão Contratual

Teoria, Legislação, Jurisprudência, Prática e Uso da IA como Ferramenta de Apoio na Instrução Processual.

Carga Horária: 21h

Apresentação

O curso foi desenhado para oferecer uma abordagem completa e prática sobre os processos de contratação direta, explorando a Dispensa e Inexigibilidade de Licitação sob a ótica da Lei nº 14.133/2021. O programa aborda desde o planejamento até a gestão contratual, incluindo as mais recentes inovações legislativas, jurisprudenciais e práticas aplicáveis às contratações diretas. Trata-se de uma imersão que oferece ao participante o conhecimento necessário para atuar com segurança em todas as fases da contratação sem licitação, minimizando riscos e garantindo o cumprimento das obrigações legais.

Objetivos

- Capacitar os participantes para compreender e aplicar de forma eficiente a Dispensa e Inexigibilidade de Licitação conforme a Lei nº 14.133/2021.
- Proporcionar uma visão prática do planejamento e da execução das contratações diretas, garantindo o cumprimento dos princípios da administração pública.
- Atualizar os participantes sobre as inovações legislativas e jurisprudenciais, com enfoque na responsabilização dos agentes públicos e nos procedimentos de contratação direta.
- Promover a análise comparativa entre os regimes aplicáveis às contratações diretas sob a Lei das Estatais e no Sistema S.

Público-alvo

- Gestores públicos, servidores e profissionais envolvidos nos processos de contratação direta em órgãos e entidades da Administração Pública.
- Pregoeiros, membros de comissões de licitação e agentes de contratação.
- Profissionais do setor jurídico que atuam com contratos administrativos.
- Auditores e controladores internos e externos.
- Empresas que participam de contratações com o poder público, especialmente em processos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Metodologia

Visa garantir que os participantes concluam o curso aptos a aplicar de forma segura e eficiente as contratações diretas no contexto da nova legislação.

Aulas expositivas interativas: Apresentação detalhada dos fundamentos legais e procedimentais, com explicação dos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas.

Estudos de casos concretos: Análise de situações reais enfrentadas por gestores públicos, incluindo erros comuns e soluções práticas.

Workshops práticos: Simulações de etapas como elaboração de ETP, TR, estimativas de preço e justificativas de inexigibilidade, utilizando ferramentas tecnológicas.

Uso de Inteligência Artificial: Debate sobre a Inteligência Artificial como ferramenta de apoio para análise e instrução processual, aumentando a eficiência e reduzindo riscos.

Debates e troca de experiências: Discussões orientadas entre os participantes, estimulando a construção de conhecimento colaborativo.

Material de apoio completo: Apostilas, modelos de documentos e checklists para aplicação prática nos ambientes de trabalho.

Conteúdo Programático

1. Aspectos Introdutórios

- O dever de licitar
- Contratação direta e suas distinções:
 - Licitação dispensada
 - Dispensável
 - Inexigível
- O planejamento como instrumento de realização do princípio da eficiência nas contratações sem licitação.
 - É necessário elaborar ETP nas contratações diretas? Quando?
 - É necessário elaborar TR nas contratações diretas? Quando?
 - Incidência das INs 65/2021, 58/2022 e 81/2022 nas contratações diretas.
 - Incidência da Lei Complementar nº 123/2006 nas contratações diretas (o tratamento diferenciado a MEs e EPPs).

2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS

- Análise pormenorizada do art. 72, da Lei n. 14.133/2021.
- As inovações procedimentais na Lei nº 14.133/2021.
- Documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
- Estimativa de despesa.
- Parecer jurídico: quando é necessário e quando pode ser dispensável?

- Pareceres técnicos que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.
- Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
- Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.
- Razão da escolha do contratado.
- Justificativa de preço.
- Autorização da autoridade competente. É necessária a ratificação pela autoridade superior?
- Publicidade dos atos – divulgação em sítio eletrônico oficial e no PNCP.
- A dispensa eletrônica (IN 67/2021) – noções e obrigatoriedade
- O Sistema de Registro de Preços e as contratações diretas.

3. A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO POR CONTRATAÇÃO DIRETA INDEVIDA OCORRIDA COM DOLO, FRAUDE OU ERRO GROSSEIRO.

- 3.1. O conceito de erro grosseiro à luz da legislação e do TCU.

4. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- Inexigibilidade de licitação: natureza do rol das hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- A inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021
 - O novo rol de hipóteses do art. 74;
 - Inexigibilidade pela exclusividade – como comprovar? A problemática expressão “ou outro documento idôneo”, contida no art. 74, I;
 - Contratação de profissional do setor artístico – como contratar, questões polêmicas e regras específicas para a publicidade desses contratos;
 - Serviço técnico com profissional ou empresa com notória especialização (como comprovar a notória especialização?)
 - A (suposta) “abolição” da exigência de comprovação da singularidade do objeto;
 - O credenciamento como procedimento auxiliar das contratações por inexigibilidade;
 - As aquisições e locações imobiliárias no rol da inexigibilidade.

5. DISPENSA DE LICITAÇÃO

- Dispensa de licitação: natureza do rol das hipóteses de dispensa de licitação.
- A dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021
 - O novo rol de hipóteses do art. 75;
 - Novos patamares para a dispensa em razão de valor;
 - Fracionamento de despesas – como evitar? O exercício financeiro como parâmetro temporal de controle. O que são unidade gestora e objetos de mesma natureza?
 - A necessidade de divulgação prévia de aviso em sítio eletrônico oficial. Como compreender e operacionalizar o art. 75, § 3º, da Lei n. 14.133/2021?
 - Pagamento das dispensas por cartão de pagamento
 - Regras excepcionais para os serviços de manutenção de veículos

- Dispensa emergencial: aumento do prazo máximo, mudanças no procedimento das contratações emergenciais, vedação de prorrogação e de recontração da mesma empresa, emergência fabricada e apuração de responsabilidades no campo disciplinar.
- Dispensa em decorrência de licitações desertas e fracassadas: quais são as hipóteses e os requisitos?
- A contratação do remanescente contratual na Lei n. 14.133/2021.

6. ABORDAGEM PARALELA E COMPARATIVA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016) E NO ÂMBITO DOS REGULAMENTOS DAS ENTIDADES DO SISTEMA S.

7. ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- Contrato e instrumento contratual. Distinções.
- Regime Jurídico das Contratações Administrativas
- Tipos de Contrato:
 - Aquisição,
 - Prestação de serviços (continuados, de terceirização),
 - Obras.
- Cláusulas obrigatórias.
- Hipóteses de Prorrogação.
- Prerrogativas da Administração.
- Formalização.
- Quando é possível substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos, como a nota empenho?
- Aditamentos e apostilamentos.
- Contrato verbal com a Administração – nulidade e consequências
- Termo de Ajuste de Contas e Reconhecimento de Dívida.
- Hipóteses de Rescisão.
- Equilíbrio Econômico-Financeiro: Reajuste, Repactuação, Revisão e institutos afins.
- Noções de gestão e fiscalização.
 - Fiscalização administrativa, técnica e setorial
 - Necessidade de designação formal
 - Fiscal pode participação da etapa de planejamento – segregação de funções
 - Fiscal substituto
 - Ocupante de cargo em comissão pode ser fiscal?
 - Servidor pode se recusar a ser fiscal?
 - Infrações e Sanções Administrativas - Inovações da Lei nº 14.133/2021
 - Vinculação estrita entre infrações e sanções
 - Melhor tipificação das infrações
 - Reabilitação
- Responsabilidades da Fiscalização à luz da Jurisprudência do TCU.

8. ATIVIDADES PRÁTICAS DE FIXAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS CONTEÚDOS: Resolução de casos concretos extraídos do dia a dia dos gestores públicos.

Dados da Consultre

***Estamos cadastrados no SICAFI.**

Certidões: <http://www.consultre.com.br/certidoes>

Razão Social: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

CNPJ: 36.003.671/0001-53 - Insc. Estadual: Isento - Insc. Municipal: 24.687-0

Endereço: Av. Champagnat, 645, Ed. Palmares, Sl.301 - Centro - Vila Velha – ES –
Cep. 29.100-011

Telefone: (27) 3340-0122 - **WhatsApp:** (27) 9 8179-1115

E-mail: consultre@consultre.com.br - **Site:** www.consultre.com.br

Dados para Pagamento

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta:

Banco: Banco do Brasil - **Agência:** 1240-8 - **Conta Corrente:** 105.895-9

Favorecido: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 36.003.671/0001-53),

Sobre a Consultre

Há mais de 30 anos no mercado, a Consultre é referência nacional em cursos para a Administração Pública. Saiba mais em <https://www.consultre.com.br/nossahistoria/>

A CONSULTRE EM NÚMEROS

33

Anos de credibilidade

+80mil

Pessoas Capacitadas

+5mil

Clientes Fidelizados

+5mil

Cursos e seminários realizados

Horários:

Cursos de 21h

1º e 2º Dias: 8h às 17h
3º Dia: 8h às 13h

Cursos de 24h

1º, 2º e 3º Dias:
8h às 17h

Cursos de 28h

1º, 2º, 3º Dias: 8h às 17h
4º Dia: 8h às 12h